

José Bonifácio, as Baleias e a Rio'92

Evaristo E. de Miranda

Muitos ambientalistas crêem que a luta pela defesa do meio ambiente é coisa recente. Alguns pensam até que começou com eles, ou pior, graças a eles. Ora, a primeira proclamação em defesa das baleias no Brasil foi feita por José Bonifácio há duzentos anos! Em seu estudo "*Memória primeira sobre a pesca das baleias e extração do seu azeite, com várias reflexões sobre as nossas pescarias em geral e sua decadência*", o Patriarca da Independência denunciava as "...desordens promovidas por feitores estúpidos e ignorantes na arte de pescar baleias". Revoltava-se, entre outras coisas, com o arpoamento dos filhotes, o que comprometia a perenidade da espécie. O Arpoador tem esse nome pois de suas pedras era possível arpoar-se baleias. Muito antes dos surfistas e do Cazuza, as baleias freqüentaram o local, mas foram extintas.

Mas suas preocupações com a preservação e o uso racional dos recursos naturais era ampla. Eminente geólogo, defendia o conhecimento científico dos recursos minerais e sua exploração racional e mecanizada, eliminando o trabalho escravo e os desperdícios da lavra manual e rudimentar. Essa, ainda hoje, segue em pleno uso no país e em expansão na Venezuela junto às cabeceiras do Orinoco, com todos os ingredientes: mortes, mercúrio, aviões metralhados, etc. Em 1823 José Bonifácio propôs, junto à Assembléia Geral Constituinte, o fim da escravidão. Num parlamento dominado por latifundiários defendeu a proteção das florestas e o replantio de árvores como o resultado de uma reforma agrária! Os novos pequenos proprietários, ex-escravos e índios, conservariam por necessidade e interesse, "como herança sagrada para nossa posteridade, as antigas matas virgens, que pela sua vastidão e frondosidade caracterizam o nosso belo país". Como assinalou J. A. Pádua: "Bonifácio tinha como meta o estabelecimento de uma economia e de uma sociedade que se desenvolvessem de forma endógena, voltadas para suas próprias necessidades e interesses, tendo como trunfo a possibilidade de usar racionalmente as imensas riquezas naturais de que dispunham".

Novidade? Não, ao contrário do que se pensa, o reino português sempre manifestou claramente sua intenção de zelar pela preservação dos recursos naturais do país, até por razões de racionalidade econômica. Cerca de trinta anos após a descoberta do Brasil, a Coroa já havia estabelecido uma série de instruções visando a proteção dos recursos naturais da colônia contra a cobiça interna e externa. Definiu as chamadas árvores reais, cujo corte só podia



ser efetuado, em casos excepcionais, com ordem expressa do rei. Gabriel de Souza, em seu Tratado Descritivo do Brasil, de 1587, já apresentava uma descrição circunstanciada dessas árvores protegidas por lei. Daí a origem da expressão madeira de lei, inicialmente uma instrução manuelina de proteção a determinadas árvores, hoje símbolo de raridade e cobiça.

A chegada da Família Real no Brasil marcou uma nova etapa no conhecimento e na preocupação com nossos recursos naturais. Um significativo exemplo: o futuro D. João VI comprou a fazenda Nossa Senhora da Conceição da Lagoa, de Rodrigo de Freitas. Ela compreendia os atuais bairros da Lagoa, Jardim Botânico, Gávea e Ipanema. Nela teve origem o Real Jardim Botânico com uma área de 2.160 hectares, hoje republicaneamente reduzida aos 137 do atual Jardim Botânico, sobrevivendo graças à iniciativa privada.

O próprio D. Pedro II, impressionado pela devastação produzida pelo plantio inadequado do café nos arredores do Rio de Janeiro, ordenou o replantio das encostas com espécies nativas. Desse esforço pioneiro de reflorestamento surgiu o que hoje se conhece como Floresta da Tijuca, o maior parque nacional em área urbana do mundo. Nada surpreendente da parte de um Imperador que postava a guarda imperial ao lado de fontes termais e outros locais de interesse ambiental para impedir sua devastação. Guardas que às vezes pagaram com a própria vida o cumprimento da missão, como em Caldas da Imperatriz em Santa Catarina.

Para a questão ambiental nada foi mais decisivo do que o fato de o Império do Brasil manter e consolidar nossa unidade nacional após a independência. Nas repúblicas hispano-americanas, as nações fo-

ram sendo divididas ao sabor de conflitos, interesses locais, internacionais e até como prêmio para algum bravo general. Aqui, as Forças Armadas foram fator e instrumento dessa unidade nacional. Em termos de recursos naturais pode haver maior legado em nossa terra do que a Amazônia? Os que gritam pela sua preservação esquecem, às vezes, a história de sua incorporação ao Brasil. Não foi fruto do azar mas de uma dura e difícil epopéia de brasileiros humildes – como os seringueiros – cuja consolidação se fez sob o trabalho eficiente de grandes homens do Império como o Barão do Rio Branco. A nós o desafio de conservá-la! Não é grande coisa perto do que fizeram nossos antepassados.

Foi correta a escolha da Floresta da Tijuca, pelo presidente Collor, para anunciar medidas na área ambiental, em especial com relação à participação brasileira na Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio'92. Teria o presidente sido informado de a quem devemos a existência da Floresta da Tijuca?

Na Rio'92, mais do que nunca, o mundo terá os olhos voltados para o Brasil. Seria uma boa ocasião para lembrar à nação e ao mundo o exemplo desses homens de visão que enfrentaram os limites e a pequenez da mentalidade predatória de suas épocas. Em 1815 José Bonifácio submeteu à apreciação das autoridades portuguesas uma obra radical: "*Memória sobre a necessidade e a utilidade do plantio de novos bosques em Portugal*". Nela a preservação florestal e defendida e aconselhada aos portugueses com argumentos ecológicos, sociais e até políticos. Por que não divulgar seus textos, como o de 1790 sobre as baleias, para países como Japão, Noruega e Dinamarca? Eles continuam caçando baleias, como se isso fosse indispensável para suas "combalidas" economias. Em Direito isso costuma ser tratado como crime por motivo torpe!

Num país de muitas intenções e poucas ações, uma boa divulgação do esforço e das realizações desses brasileiros do período monárquico talvez valesse mais para o futuro do que os muitos tratados, convenções e acordos a serem assinados sob grande pompa na Rio'92. Todos de papel, feito com árvores.

Evaristo Eduardo de Miranda é Doutor em Ecologia, professor da USP e pesquisador do Núcleo de Monitoramento Ambiental da EMBRAPA.